

"O SUS deve efetivamente incorporar o atendimento à saúde do trabalhador"

O professor Francisco Antonio de Castro Lacaz, da Escola Paulista de Medicina/Unifesp, fala ao Informativo Diesat sobre os debates relacionados à Saúde e Trabalho, tratados durante a 11ª Conferência Nacional de Saúde, de 16 a 19 de dezembro/2000. Lacaz coordenou a mesa Saúde e Trabalho, no dia 17.

Nesta entrevista, ele comenta as palestras e fala dos desafios atuais colocados aos sindicatos e demais organizações nas questões de saúde do trabalhador.

Informativo Diesat - Quais foram os temas tratados pelos palestrantes que participaram da mesa Saúde e Trabalho na Conferência?

Lacaz – Tivemos a participação de quatro palestrantes. Inicialmente a Lilian Marques, do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos), abordou a reestruturação produtiva, as novas formas de gestão do trabalho e suas repercussões para a saúde. Neste contexto, as doenças que têm maior prevalência são aquelas ligadas à introdução de novas tecnologias e às doenças mentais. Ela ressaltou como essa realidade aparece nos acordos coletivos. Em função do grande desemprego, a luta pela melhoria das condições de trabalho, em defesa da saúde teve um retrocesso nos anos 90. Nesta abordagem panorâmica, ela colocou a importância de se perceber que no Brasil existem vários modelos - desde o trabalho escravo, passando pelo fordista, taylorista, toyotista - que trazem um quadro de problemas de saúde bastante variado.

A representante da Rede Feminista pelos Direitos Reprodutivos, Jussara Brito, fez uma reflexão sobre o significado da maior participação da mulher no mercado de trabalho e apontou que elas estão sempre nos trabalhos mais precários, em piores condições e com salários inferiores. A questão da dupla jornada de trabalho não é considerada, quando se exige uma produtividade igual para homens e mulheres nas empresas. Ela falou da necessidade de se respeitar os direitos reprodutivos nos acordos coletivos e defendeu que o sistema de saúde incorpore as demandas das mulheres efetivamente como questões de saúde pública.

Na exposição do Carlos Aparício Clemente, da Força Sindical e representante do movimento sindical, houve um breve resgate da história de 20 anos do Diesat e da importância a atuação intersindical. Mesmo com essa trajetória, ele apontou a fragilidade do movimento sindical nas questões de saúde e argumentou que esta luta está aquém das necessidades colocadas pela realidade. Falou da importância de um trabalho intersectorial e interinstitucional na saúde do trabalhador, privilegiando e aprofundando as ações de vigilância, desenvolvendo sistemas de informação mais eficazes.

Finalmente, tivemos a exposição de Marco Perez, coordenador do Programa de Saúde do Trabalhador de Campinas/SP, que ressaltou a integralidade como um dos princípios do Sistema Único de Saúde. Neste sentido, ele deu alguns exemplos, a partir da vivência em Campinas, de como o SUS ainda não atua de maneira integral quando pensa em questões de saúde do trabalhador. Ele apontou que ainda há um trabalho extenso de incorporar estas questões na pauta do SUS, também pensando em ações multiprofissionais, fomentadas a partir do município, articulando o momento da assistência com a questão da vigilância.

Informativo Diesat – A partir destas intervenções, quais os rumos que se podem ser pensados para a saúde do trabalhador?

Lacaz - Acredito que a questão central que se coloca é a necessidade de pensar a proposta de saúde do trabalhador no SUS sob a ótica de se envolver a rede básica de saúde. Também vejo a urgência de revisão do modelo de centros de referência. Sabemos que esta é uma questão polêmica, mas o modelo fundado nos centros de referência deve ser repensado. O que se coloca hoje é que a partir do momento em que há a descentralização, a rede municipal deve incorporar na sua prática diária as questões de saúde e doença ligadas às condições de trabalho.

Informativo Diesat – Como você vê estas avaliações sobre a fragilidade do movimento sindical nas lutas que envolvem a saúde do trabalhador?

Lacaz – É evidente que esta realidade colocada por algumas das falas no painel, não reduz o papel do movimento sindical. Ao contrário, ele tem um papel fundamental, importantíssimo de pensar numa proposta de pauta que estrapole os aspectos corporativos. Cada vez observamos a maior necessidade de outras interlocuções na área de saúde do trabalhador. Apesar da crise vivida, o movimento sindical deve incorporar outros atores, com os sindicatos atuando em consonância com o movimento ambientalista e, até mesmo, com os movimentos de defesa dos direitos do consumidor. Essa é uma das possibilidades de ampliação desta luta.

Informativo Diesat – Olhando em perspectiva estes dez anos de busca de implantação do SUS, o que você acha que avançou nas questões de saúde do trabalhador?

Lacaz – Na realidade essa é uma história que começa nos anos 80, onde houve a incorporação dos problemas ligados à saúde do trabalho pela rede de saúde pública, e atinge o ponto máximo na Constituição de 88. Nos anos 90 realmente houve uma redução dos avanços e, em alguns casos, até mesmo retrocessos. Mas os avanços devem ser sempre resgatados e considero que devemos aprofundar a possibilidade de articular o atendimento com a intervenção nos locais de trabalho, efetivar o controle social, formar recursos humanos de maneira massiva e perceber a necessidade da intersectorialidade.